



a evolução do emprego no campo -2.^a parte*

George Martine**
Alfonso R. Arias***

RESUMO – 2.^a PARTE – Esta é a segunda parte de um trabalho visando avaliar as aparentes divergências entre os censos agropecuários e demográficos no que se refere à evolução do emprego na atividade agropecuária. Neste segmento, abordam-se especificamente as tendências observadas durante a década de 70, procurando-se reconciliar ou, pelo menos, entender melhor as eventuais discrepâncias. Para tanto, desagregam-se as informações a nível de categoria ocupacional, classes de atividade econômica, região e lugar de residência dos trabalhadores agrícolas. Conclui-se que as principais discrepâncias entre os dois censos refletem uma captação diferenciada das grandes transformações ocorridas recentemente na estrutura de produção agrícola. Não se trata de que uma ou outra fonte esteja errada, senão de que as características distintivas de cada fonte foram acentuadas com a modernização. Isso é particularmente notável na captação e dimensionamento do emprego temporário e da participação de mulheres e crianças na atividade agropecuária.

CAPÍTULO 4 – A EVOLUÇÃO DO EMPREGO NO CAMPO DURANTE A DÉCADA DE 70

A questão central colocada na introdução à primeira parte desse trabalho, e retomada explicitamente aqui, é: como poderia ocorrer um êxodo rural enorme e um declínio significativo de população rural (C.D.) com um aumento simultâneo e significativo do emprego no campo (C.A.)? Nas páginas que seguem, examinam-se vários aspectos da evolução do emprego no campo entre 1970-80, desagregando-se as informações do C.D. e C.A. em distintas dimensões e cortes. Não se pretende fazer uma análise exaustiva dos dados disponíveis, senão fazer aproximações sucessivas e complementares que permitam salientar alguns dos aspectos mais relevantes para a compreensão dos citados padrões e tendências.

* Esta é a última parte do trabalho, que, em sua totalidade, compreende quatro capítulos; os três primeiros foram publicados no número anterior desta Revista. (N.E.)
** Projeto OIT/PNUD/CNRH
*** Projeto OIT/PNUD/MTb

A evolução do emprego por subperíodo e categoria de ocupação

Quando se desagrega, na Tabela 10, o aumento do emprego verificado no C.A. para 1970-80, observa-se que:

- 1) do aumento de 3.582 mil pessoas na década de 70, 2.764 mil (77%) ocorre entre 1970-75;
- 2) do aumento verificado entre 1970-75, 90% ocorre na força de trabalho secundária;
- 3) do aumento do emprego verificado entre 1970-75, 82% encontra-se na categoria "Responsáveis e MFNR" (membros da família não-remunerados); por sua vez, 95% desse aumento ocorre entre a força de trabalho secundária;
- 4) a força de trabalho secundária ocupada na categoria "Responsáveis e MFNR", aumenta em 2148 pessoas entre 1970-75, mas perde 979 mil pessoas entre 1975-80;
- 5) a categoria "Empregados" é responsável por um aumento de 1.689 mil pessoas entre 1975-80. Isto equivale a mais do que o dobro do aumento total de pessoas ocupadas no período;
- 6) do total do aumento de empregados entre 1975-80, 63% deve-se ao acréscimo de temporários;
- 7) as categorias de parceiros e os trabalhadores em "outra condição" diminuem gradualmente entre 1970-75 e entre 1975-80; entretanto, a força de trabalho secundária dentro destas categorias aumenta bastante entre 1970-75 e declina entre 1975-80.

Em síntese, a década de 70 se divide, de acordo com os dados do C.A., em dois períodos (1970-75 e 1975-80) e em dois grupos ocupacionais (força de trabalho primária e secundária) claramente diferenciados. Isto fica ainda mais óbvio nos dados das tabelas 11 e 12. Na Tabela 11, observa-se que entre a população masculina de 14 e mais anos, o emprego aumenta gradual e lentamente na categoria "Responsáveis e MFNR", em quase todos os tamanhos de estabelecimentos, entre 1970-75 e entre 1975-80. Nesse período, os empregados permanentes e, mais ainda, os empregados temporários, aumentam rapidamente, em particular no período 1975-80; esse aumento, com poucas e pequenas inversões em 1975, verifica-se também em todas as categorias de tamanho de estabelecimento. Paralelamente, observa-se um declínio – pequeno em termos absolutos, mas significativo em termos relativos – dos parceiros e outros trabalhadores em todas as classes de tamanho. Em breve, entre os homens, é fácil acompanhar uma evolução gradual e lógica do emprego, coerente com a explicação da industrialização do campo.

Entre a força de trabalho secundária, porém, observa-se que a participação inesperadamente elevada de mulheres e crianças, destacada acima, se concentra sobretudo na categoria "Responsáveis e MFNR" e em pequenos estabelecimentos (0-10 e 10-50 has.), em 1975. Entretanto, a participação dessa força de trabalho secundária se destaca também em outras classes de estabelecimentos e na categoria de parceiros, em 1975. Que fatores poderiam explicar esse fenômeno da participação "exagerada" da força de trabalho secundária em 1975?



TABELA 10
Pessoal Ocupado, por Sexo, Idade e Categoria, Segundo o Censo Agropecuário
Brasil
1970-1980

Pessoal Ocupado	1970	1975	1980
Total	17.582.099	20.345.692	21.163.735
0-14 (H e M)	2.900.330	4.390.214	3.740.183
Homens	10.125.057	10.399.289	12.030.455
Mulheres	4.556.702	5.556.189	5.393.097
Responsáveis e MFNR*	14.106.190	16.374.435	15.642.855
0-14	2.706.780	4.038.527	3.379.140
Homens	7.204.685	7.324.818	7.572.354
Mulheres	4.194.725	5.011.090	4.691.361
Empregados	2.643.708	3.249.962	4.938.534
0-14	110.761	218.210	282.928
Homens	2.293.081	2.634.692	4.059.210
Mulheres	239.866	397.060	596.396
Permanentes	1.155.292	1.553.097	2.170.654
0-14	79.486	180.848	214.385
Homens	953.978	1.141.403	1.614.929
Mulheres	121.828	230.846	341.340
Temporários	1.488.416	1.696.865	2.767.880
0-14	31.275	37.362	68.543
Homens	1.339.103	1.493.289	2.444.281
Mulheres	118.038	166.214	255.056
Parceiros	602.264	561.336	493.143
0-14	57.738	102.994	63.647
Homens	459.109	351.326	346.197
Mulheres	83.417	107.016	83.299
Outra Condição	229.927	159.959**	89.203
0-14	23.051	30.483**	14.468**
Homens	168.182	88.453**	52.694**
Mulheres	38.694	41.023**	22.041**

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980
* MFNR = Membros da família não-remunerados
** Calculado por diferença

TABELA 11
 Pessoal Ocupado nas Atividades Agropecuárias, por Categoria de Ocupação, Idade e Sexo, Segundo Grupos de Área Total
 Brasil
 1970-1980

Grupos de Área	(Em milhares de pessoas)									
	Homens 14 e Mais					Mulheres e Crianças				
	R e MFNR	Emp. Perm.	Emp. Temp.	Parceiros e Outros	Total	R e MFNR	Emp. Perm.	Emp. Temp.	Parceiros e Outros	Total
0-10										
1970	3.346	63	233	57	3.699	3.371	13	28	19	3.431
1975	3.414	54	268	34	3.770	4.491	18	43	22	4.574
1980	3.413	84	402	30	3.929	3.897	28	52	16	3.993
10-50										
1970	2.574	158	385	182	3.299	2.468	36	44	61	2.610
1975	2.532	170	444	125	3.271	3.168	68	60	83	3.379
1980	2.642	251	662	121	3.676	2.800	87	87	57	3.031
50-100										
1970	567	100	175	106	948	498	23	17	37	575
1975	601	123	204	73	1.001	655	48	25	45	773
1980	661	177	332	71	1.241	635	64	41	31	771
100-500										
1970	576	315	330	193	1.414	460	68	36	59	624
1975	633	396	374	142	1.545	622	149	48	88	907
1980	690	529	636	124	1.979	615	191	82	56	944
500 e Mais										
1970	124	316	214	90	744	85	61	23	29	198
1975	139	395	202	68	804	114	129	26	42	311
1980	159	571	409	50	1.189	117	186	62	21	386
Total (*)										
1970	7.205	954	1.339	627	10.125	6.902	201	149	205	7.457
1975	7.325	1.141	1.493	440	10.399	9.050	412	203	281	9.946
1980	7.572	1.615	2.444	399	12.030	8.071	556	324	182	9.133

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980

(*) Inclui S. D.

NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.



Uma primeira hipótese, que não pôde ser nem comprovada nem descartada definitivamente, seria a de que os próprios dados do C.A. de 1975 apresentariam alguma distorção sistemática na coleta ou na organização das informações referentes à força de trabalho secundária. Embora de difícil comprovação, fica a impressão de que os dados relacionados com esse grupo, em 1975, estão de fato distorcidos. Tal impressão vai de encontro a trabalhos internos realizados no próprio IBGE, evidenciando distorções em algumas regiões nesse particular (10). Uma alternativa paralela é de que esses dados estariam refletindo especificidades do processo de produção agrícola num determinado momento histórico. Nesse sentido, cabe lembrar que o C.A. de 1975 foi feito no período de maior fartura de crédito agrícola subsidiado e, portanto, de ápice no que diz respeito à valorização e especulação sobre a terra, à mecanização da produção etc. . Nessas circunstâncias, é lícito imaginar que os pequenos produtores estavam, em 1975, enfrentando condições particularmente difíceis para se manter, dando margem à utilização mais intensiva da força de trabalho familiar, ao assalariamento da mão-de-obra masculina – inclusive no meio urbano – e a outros expedientes conexos que redundariam nas cifras apresentadas.

Seja como for, o fenômeno do aumento significativo da força de trabalho secundária ocupada em 1975 estaria ocorrendo, de acordo com o C.A., em quase todas as regiões (dados não mostrados). Por outro lado, é interessante notar que o aumento substantivo da força de trabalho secundária se registra também em estabelecimentos maiores, assim como em outras categorias de trabalhadores. Ou seja, o aumento exagerado da força de trabalho secundária em 1975 não poderia ser atribuído exclusivamente à estratégia de sobrevivência dos pequenos produtores e parece estar mais relacionado com um certo desvio na própria fonte de informação.

De qualquer forma, mesmo descontando uma provável inflação das cifras do C.A. referentes à força de trabalho secundária em 1975, a nossa principal tarefa é entender o aumento significativo e real do pessoal ocupado, verificado nos dados de 1970 e 1980. Na Tabela 12, faz-se uma comparação direta entre categorias ocupacionais do C.A. e do C.D. nesses dois anos censitários. Inicialmente, observa-se que há uma concordância bastante grande quanto à direção da evolução dos empregados assim como dos parceiros nos dois censos. A ordem de magnitude do aumento dos empregados e do decréscimo dos parceiros é diferente mas plausível. No caso dos empregados, as tabelas anteriores mostravam que a maior parte do aumento dessa categoria se deve ao crescimento de temporários. Recorda-se que os critérios do C.A., quanto à classificação de empregados temporários, são bastante amplos. Isto, aliado ao fato de que está havendo uma maior utilização de empregados temporários nos últimos anos, tende a acentuar as diferenças básicas entre o C.D. e o C.A.. Outro fator importante aqui é que se utiliza, como data de referência, o período de aproveitamento máximo de temporários (dezembro). Além do mais, a diferença entre o uso máximo em dezembro e o uso médio mensal de trabalhadores vem aumentando: assim, a relação entre a média máxima mensal para o resto do ano e a média máxima mensal em dezembro aumentou de 1,29 em 1970 para 1,41 em 1980.

Quanto aos parceiros, o nível mais elevado encontrado no Censo Demográfico do que no Censo Agropecuário, assim como o maior declínio entre 1970-80 apresentado pelo C.D., tem a ver com a forma como cada censo define esta categoria (ver Quadro I em Anexo). Assim, para o C.D., todas as pessoas que exploram ou exercem uma atividade econômica, recebendo pelo trabalho parte da produção ou pagando pelo uso da terra com parte da produção, são classificadas como "parceiros". No C.A., parte desses parceiros é incluída como responsá-

TABELA 12
Evolução da Força de Trabalho Primária e Secundária nas Atividades Agropecuárias, Segundo o C.D. e o C.A., por Categorias
Brasil
1970-1980

(Em milhares de pessoas)

Categorias/ Anos Censitários	Censo Demográfico			Censo Agropecuário			
	Total PEA	F.T. Primária	F.T. Secun- dária	Total Pessoal Ocupado	F.T. Primária	F.T. Secun- dária	
Empregados	70	3.330	2.966	364	2.644	2.293	351
	80	4.572	3.770	802	4.939	4.059	880
Parceiros	70	1.676	1.555	121	832	627	205
	80	713	651	62	582	398	184
Empregadores, Por Conta Própria, Responsáveis e Não-Remunerados	70	8.083	6.362	1.721	14.106	8.205	6.901
	80	7.376	5.732	1.644	15.643	7.573	8.070
Total (*)	70	13.089	10.883	2.206	17.582	10.125	7.457
	80	12.661	10.153	2.508	21.164	12.030	9.134

FONTE: IBGE, Censos Demográficos e Agropecuários de 1970 e 1980

(*) Inclui S.D.

NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.

veis, i.e., os parceiros responsáveis pela administração dos estabelecimentos são incluídos na categoria "Responsáveis e MFNR".

Portanto, resta como área de discrepância importante não explicada entre o C.D. e o C.A., a categoria "Responsáveis e MFNR". Mais explicitamente, há duas áreas de discrepâncias aparentes, no que se refere a essa categoria. Por um lado, esse grupo abrange, no C.D., um pouco mais da metade do pessoal ocupado enumerado pelo C.A.. Por outro lado, a direção da mudança entre 1970-80 é no sentido oposto: o C.D. mostra uma redução de 705 mil e o C.A., um aumento de 1.537 mil empregos. No que se refere ao primeiro ponto, é fácil ver pela Tabela 12 que a discrepância maior diz respeito, mais uma vez, à força de trabalho secundária. Quando se compara apenas os homens de mais de 14 anos, a ordem de magnitude é bastante parecida. Isso significa que os critérios mais restritivos do C.D., no que diz respeito à definição do emprego, terminam por eliminar grande parte das mulheres e crianças que exercem tarefas esporádicas ou suplementares na lavoura.

O mesmo motivo pode explicar também a segunda discrepância entre o C.D. e o C.A., i.e., a evolução em sentido contrário da categoria "Responsáveis e MFNR" entre 1970-80. De fato, se uma das conseqüências da introdução de formas de produção capitalistas



no campo é a dependência maior sobre trabalhadores sazonais e outras modalidades de trabalho esporádico, é normal esperar que as unidades de exploração familiar, sejam elas de proprietários, parceiros, arrendatários ou posseiros, também façam um uso mais intensivo da mão-de-obra temporária que lhe é disponível – a força de trabalho familiar. Como a definição do C.A. é abrangente, todas as pessoas que realizam atividades agrícolas, por mais esporádicas que sejam, acabam sendo incluídas.

Em suma, portanto, no que concerne às categorias ocupacionais, as grandes discrepâncias observadas entre o emprego no C.A. e o C.D., durante o período 1970-80, se reduzem à acentuação das suas diferenças conceituais e operacionais, justamente nessa década. O C.A. sempre utilizou uma definição de emprego mais abrangente, sempre incluiu um maior número de mulheres e crianças (e, provavelmente, embora seja impossível fazer a comparação, um maior número de empregados temporários). Com a penetração de formas capitalistas de produção no campo, as relações de trabalho foram alteradas, o trabalho agrícola tornou-se mais permanente, e a dependência sobre fontes de trabalhadores esporádicos aumentou.

Em grandes linhas, portanto, é possível inferir que, no tocante à categoria ocupacional, há dois grupos de trabalhadores que fazem a diferença entre o C.D. e o C.A. – os empregados temporários e a força de trabalho secundária, particularmente na categoria “Responsáveis e MFNR”. Em ambos os casos, pode-se argumentar que a intensidade da atividade em determinados momentos do ciclo agrícola seria, em grande parte, responsável pelas diferenças observadas, pelo menos nas regiões mais afetadas pela modernização agrícola. Os empregados temporários no C.A. passam, de 1.339 mil em 1970 para 2.444 mil em 1980. Há uma tendência no C.A. de exagerar esse contingente devido à data de referência do C.A., mas há, sobretudo, um aumento real devido, pelo menos no Centro-Sul, à modernização agrícola. Basta recordar, a esse respeito, o trabalho de Silva (1981), referente às alterações das exigências de mão-de-obra com a introdução de técnicas modernas. Grande parte desse aumento de temporários se dá em empreendimentos maiores, mas a Tabela 10 havia demonstrado que ele ocorre também em propriedades pequenas. O aumento da participação de responsáveis e MFNR ocorre sobretudo entre mulheres e crianças e em pequenos estabelecimentos. Ou seja, é plausível que ele ocorra em função da maior intensidade de mão-de-obra decorrente da utilização parcial (i.e., não-mecanizada) de insumos modernos. A seguir, examinam-se os padrões de evolução da mão-de-obra em função das transformações na atividade econômica por grandes regiões.

Evolução por classes de atividade econômica

Tanto o C.D. como o C.A. confirmam que o setor de maior crescimento de emprego agrícola na década de 70 foi o da pecuária. De fato, observadas as diferenças de nível, provenientes do quadro já discutido de definições, conteúdos e datas muito diferentes, a Tabela 13 mostra um aumento significativo, nos dois levantamentos, do pessoal que trabalha na pecuária, entre 1970-80.

TABELA 13
Evolução do Emprego Agrícola por Tipo de Mão-de-Obra, Segundo Atividade Econômica
Brasil
1970-1980

(Em milhares)

Atividade Econômica	Censo Demográfico			Censo Agropecuário		
	Homens	Mulheres	Total	Mão-de-obra Primária (3)	Mão-de-obra Secundária (4)	Total
1970						
Agricultura (1)	10.522	1.079	11.601	7.896	6.211	14.107
Pecuária	733	47	780	1.859	1.033	2.892
Outros (2)	181	16	197	370	213	583
Total	11.436	1.142	12.578	10.125	7.457	17.582
1980						
Agricultura (1)	9.154	1.364	10.518	8.060	6.468	14.528
Pecuária	1.197	43	1.240	3.369	2.207	5.576
Outros (2)	289	47	336	601	459	1.060
Total	10.640	1.454	12.094	12.030	9.134	21.165
Diferença 1970-80						
Agricultura (1)	-1.368	285	-1.083	164	257	421
Pecuária	464	-4	461	1.510	1.174	2.684
Outros (2)	108	31	139	231	246	477
Total	-796	313	-483	1.905	1.677	3.582

FONTE: IBGE, Censos Demográficos e Agropecuários de 1970 e 1980

(1) No C.D., incluem-se todos os tipos de cultura vegetal, exceto silvicultura; no C.A., incluem-se agricultura, agropecuária, horticultura e/ou floricultura.

(2) No C.D., incluem-se silvicultura, avicultura, apicultura e sericultura e atividades outras ou mal definidas; no C.A., incluem-se silvicultura, avicultura, cunicultura, sericultura, invernadas e campos de engorda, extração vegetal e finalidades especiais.

(3) Homens de 14 e mais

(4) Mulheres e crianças de menos de 14 anos

NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.

Da mesma forma que ocorria com o aumento do emprego por categorias ocupacionais, a intensidade e composição desse aumento por classes de atividade econômica também são muito diferenciadas nos quinquênios 1970-75 e 1975-80 (ver Tabela 14). No primeiro deles, houve uma expansão elevada da mão-de-obra secundária, particularmente no setor "agricultura e agropecuária"; entretanto, observa-se uma forte retração desse grupo entre 1975-80. Deve-se recordar aqui a discussão anterior a respeito do aumento exagerado da mão-de-obra secundária no Censo de 1975. O importante, porém, é que, nos dois subperíodos, mas particularmente entre 1975-80, a pecuária teria apresentado um crescimento de emprego importante, tanto entre a força de trabalho primária como secundária.



TABELA 14
Variações do Emprego Agropecuário, por Atividade e Tipo de Mão-de-Obra, Segundo Regiões
Brasil
1970-1980

Região/ Período	(Em milhares)															
	Agricultura				Pecuária				Outras (*)				Total			
	T	P	S	T	P	S	T	P	S	T	P	S	T	P	S	
Norte																
70-75	414	134	280	27	10	17	38	-3	41	479	141	338				
75-80	132	90	42	87	47	40	150	82	68	369	219	150				
70-80	546	224	322	114	57	57	188	79	109	848	360	488				
Nordeste																
70-75	1.045	71	974	226	66	160	-101	-62	-39	1.170	75	1.095				
75-80	-863	67	-930	1.194	729	465	263	141	122	594	937	-343				
70-80	182	138	44	1.420	795	625	162	79	83	1.764	1.012	752				
Sudeste																
70-75	-160	-219	59	331	177	154	16	-5	21	187	-47	234				
75-80	-1	164	-165	85	103	-18	82	65	17	166	332	-166				
70-80	-161	-55	-106	416	280	136	98	60	38	353	285	68				
Sul																
70-75	552	-10	562	75	5	70	13	-2	15	640	-7	647				
75-80	-771	-146	-625	273	166	107	58	40	18	-440	60	-500				
70-80	-219	-156	-63	348	171	177	71	38	33	200	53	147				
C. Oeste																
70-75	137	33	104	150	82	68	2	-2	4	289	113	176				
75-80	-136	-57	-79	237	123	114	27	16	11	128	82	46				
70-80	1	-24	25	387	205	182	29	14	15	417	195	222				
Brasil																
70-75	1.990	6	1.984	812	336	476	-38	-68	30	2.764	274	2.490				
75-80	-1.640	118	-1.758	1.872	1.174	698	586	339	247	818	1.631	-813				
70-80	350	124	236	2.684	1.510	1.174	548	271	277	3.582	1.905	1.677				

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980

P - Homens de 14 anos e mais

S - Mulheres e menores de até 14 anos

T - Total

(*) Inclui horticultura e/ou floricultura

NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.

Em termos resumidos, 65% do aumento total do emprego apresentado pelo C.A. entre 1970-80 se localizaria no setor pecuária. Essa informação não deixa de ser um tanto quanto surpreendente, tendo em vista a pouca intensidade de mão-de-obra associada às atividades da pecuária - à exceção do período de formação de pastagens. Portanto, essa informação merece um maior detalhamento e análise.

Antes, porém, de se proceder a esse detalhamento, deve-se salientar as possíveis distorções dos dados do C.A. relativos à evolução das distintas variáveis de interesse (número de estabelecimentos, área, emprego permanente ou temporário, emprego primário ou secundário) quando combinados com desagregações da atividade agropecuária (agricultura, agropecuária, horticultura, avicultura etc.). O problema de comparabilidade dos dados deriva da utilização do critério que enquadra o estabelecimento numa ou noutra atividade em função da maior renda ao produtor, no ano de levantamento (11). A utilização desse critério pode permitir que o mesmo estabelecimento seja enquadrado em atividades diferentes em dois censos sucessivos, sem ter modificado maiormente suas atividades básicas; nesse caso, todo o emprego dessa unidade passa de uma atividade para outra. A própria existência de uma atividade chamada "agropecuária", onde se agrupam as unidades com rendas equivalentes provenientes de ambas as atividades, e as fortes variações do emprego e de outras variáveis, entre os C.A., constituem uma clara evidência do problema de comparabilidade ora levantado.

Nesse contexto, os dados da Tabela 14, assim como os dos Quadros 1 a 4 (no Anexo 2), que apresentam vários cortes referentes à evolução da produção e do emprego na agropecuária, por regiões, tipo de produção, número e tamanho de estabelecimento, utilização de terras etc., têm que ser analisados com bastante cuidado: toda vez que a variável "atividade econômica" entra em jogo, a repartição do emprego ou da área ou do número de estabelecimentos etc., entre a "pecuária", "agricultura" ou "outros", é bastante questionável. As inconsistências se observam claramente, por exemplo, na região Sul, onde os dados apresentam um aumento elevado de estabelecimentos e de pessoal dedicados à pecuária, sem acréscimo visível na área nem nos efetivos da pecuária. Em vista desses problemas, aqui não se pretende fazer mais do que dar um recorrido rápido das principais informações apresentadas nesses dados sobre atividade econômica.

Porém, um fato incontestável destaca-se em todos os cruzamentos referentes à atividade econômica: o forte processo de pecuarização que se teria desencadeado durante a década de 70. Em que pese as passagens espúrias de uma categoria a outra, devido à natureza e à forma de coleta de informações, esse processo está claramente evidenciado através dos dados referentes à área, aos efetivos de pecuária e ao valor da produção. O aumento da área de pastagens é menos marcante, pois cresce mais lentamente que as áreas de lavouras permanentes e/ou temporárias; entretanto, a área de pastagens plantadas, de maior rendimento, cresceu de 30 para 61 milhões de hectares entre 1970-80 (dados não mostrados).

O fenômeno da pecuarização já havia sido destacado por grande número de observadores durante a década de 70. É de conhecimento comum a ampla distribuição de incentivos dirigidos à pecuária que tiveram como consequência o aumento (real ou fictício) e a migração de rebanhos. Mas o processo a que se costuma referir geralmente tem como protótipo o grande estabelecimento, preferencialmente localizado em áreas de fronteira recente e que utiliza pouca



mão-de-obra. O estabelecimento típico seria aquele caracterizado por uma especialização de raças, de pastagens, de mão-de-obra etc., conforme corresponde a um empreendimento capitalista moderno.

Entretanto, o processo de pecuarização revelado pelo C.A. não pareceria corresponder muito a esse protótipo, nem em termos da sua utilização de mão-de-obra, nem do tamanho dos estabelecimentos afetados e nem da sua regionalização. Em primeiro lugar, surpreende o fato de que 44% de todo o aumento do pessoal ocupado na pecuária ocorre entre mulheres e crianças, o qual sugere mais uma atividade familiar do que uma especialização capitalista – fato este que pode estar relacionado com a questão da deturpação no critério de enquadramento, mencionada acima. Da mesma forma, causa estranheza – tendo em vista as descrições correntes da pecuarização – o fato de que seriam os pequenos estabelecimentos os mais afetados. O total de estabelecimentos agropecuários cresceu em 236 mil entre 1970 e 1980: no entanto, o aumento de pequenos estabelecimentos dedicados à pecuária aumentou em 445 mil durante o mesmo período. A hipótese de que a pecuária estaria concentrada em pequenos estabelecimentos é reforçada pela observação de que a categoria ocupacional na pecuária que mais apresentou ganhos, tanto na mão-de-obra primária como secundária, foi a de “Responsáveis e MFNR”. Do aumento total de 3.582 mil empregos na década de 70, exatamente 50% se localiza entre “Responsáveis e MFNR” na pecuária.

Por outro lado, o fenômeno da pecuarização, de acordo com os dados do C.A., teria afetado particularmente a região Sudeste durante o quinquênio 1970-75, e as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, durante o quinquênio 1975-80. Sem querer entrar em detalhes, parece óbvio que os processos tiveram características muito diferenciadas nas várias regiões e sub-regiões. Assim, por exemplo, é mais fácil acreditar que a expansão da pecuária no Centro-Oeste e Norte, calcada num aumento significativo da área, do rebanho e do valor da produção, reflita um processo verdadeiro de pecuarização extensiva em terra e capital. Em contraste, no Nordeste, a pecuarização ter-se-ia dado a custo, em grande parte, de pequenos estabelecimentos anteriormente dedicados à agricultura. Assim, entre 1975-80, 281 mil estabelecimentos agrícolas de menos de 50 hectares que se dedicavam anteriormente à agricultura desapareceram. Em compensação, houve um acréscimo de 320 mil estabelecimentos na categoria “pecuária”: o total de pequenos estabelecimentos nessa categoria aumentou mais que o total de estabelecimentos no País todo. Paralelamente, o valor da produção animal subiu bastante, em detrimento da produção da lavoura. Este aumento súbito da atividade e do emprego na pecuária entre pequenos estabelecimentos no Nordeste tem que ser visto em função dos incentivos fiscais dirigidos a essa atividade e das frentes de trabalho executadas na década (12).

Em suma, é possível inferir que grande parte da pecuarização observada entre 1970-80, particularmente em áreas de assentamento mais antigo, deve-se a uma mudança de ênfase na atividade econômica de pequenos estabelecimentos mais do que a uma mudança radical nos rumos da atividade no campo. No que concerne à nossa preocupação central, ou seja, como incidem as mudanças na atividade econômica sobre a ocupação do pessoal, não se pode avançar muito. As informações para várias regiões são inconsistentes. De acordo com essas informações, o principal aumento do emprego teria ocorrido na pecuária do Nordeste: de fato, 40% do aumento nacional durante a década estaria localizado nessa categoria e outro 10% viria da pecuária na região Sul. Pelo menos nesses casos, conforme mencionado acima, há fortes in-

dícios de que estas informações são baseadas numa passagem espúria de produtores de uma categoria de atividade para outra.

Nessas circunstâncias, não parece muito proveitoso seguir esmiuçando as informações sobre atividade econômica para entender a evolução do emprego. De passagem, pode-se mencionar que a categoria “outras”, constituída por atividades da extração vegetal, avicultura e outras menores, apresentou um aumento global de 548 mil pessoas ocupadas na década de 70. Em que pesem as advertências anteriores referentes à qualidade de informação, tais aumentos são substantivos tanto no C.D. como no C.A., e parecem refletir mudanças reais e importantes no perfil da produção do setor. Por outro lado, seu peso no aumento total do emprego no C.A. é relativamente pequeno.

Outro aspecto que vale mencionar com relação à evolução do emprego agrícola por atividade econômica diz respeito à questão do emprego, que teria sido gerado em outros ramos e setores pelo aumento da produção agrícola durante a década de 70. Sugere-se que teria havido um acréscimo significativo do emprego industrial e/ou no comércio devido à produção de insumos agrícolas e ao beneficiamento de produtos agrícolas, e que isso viria a compensar perdas de emprego no campo (Kageyama & Silva, 1983; Gasques & Paiva, 1984).

Sem querer entrar em muito detalhe aqui, os dados do Quadro 5 (no Anexo 2), extraídos do Censo Industrial, permitem fazer uma avaliação sumária desta questão. Esses dados sugerem que, de fato, o emprego em setores e ramos industriais ligados à agricultura cresceu bem mais rapidamente do que o emprego na agropecuária. Assim, aquele teria crescido a um ritmo anual de 5,4% entre 1970-75 e 3,4% entre 1975-80. Entretanto, vale observar que essas taxas são bem menores que aquelas observadas em outros setores industriais. Segundo, o aumento total de emprego industrial, nos ramos industriais mais estreitamente ligados à agropecuária, foi da ordem de 220 mil em toda a década. Evidentemente, tais quantitativos não significam muito em relação à ordem de magnitude do emprego no campo nem ao volume do êxodo rural no mesmo período.

Poder-se-ia alegar que problemas metodológicos nos dados industriais ou na seleção dos ramos “ligados” à agropecuária afetam a ordem de grandeza desse emprego. De fato, tais comparações intercensitárias geram outros tipos de dificuldades que não convém discutir aqui. Evidências independentes, porém, — provindas de uma fonte bastante respeitada — para a Grande São Paulo, apresentadas na Tabela 15, dão resultados praticamente idênticos àqueles comentados acima: isto é, o emprego nos ramos industriais relacionados com agricultura cresce na década 70-80 mais lentamente do que nas outras atividades industriais.

Evolução por região

As primeiras explicações oficiosas para o aumento do emprego a surgirem, depois da publicação dos dados do C.A. de 1980, aludiam aos efeitos da modernização e/ou da expansão da fronteira agrícola. Nessa perspectiva, o crescimento significativo do emprego verificado no



C.A. durante a década de 70 teria sua explicação na observação de que a incorporação de áreas novas fatalmente implica na expansão de oportunidades econômicas e no argumento de que o progresso técnico no processo produtivo tende a aumentar a absorção de mão-de-obra. Embora não se pretenda comprovar ou refutar essas hipóteses aqui, as informações sobre a evolução regional do emprego jogam algumas luzes sobre essa questão.

TABELA 15
Índice de Emprego Industrial na Grande São Paulo

Cênero Industrial	(Base: dez. 1970 = 100,0)		
	Dez. 1970	Dez. 1975	Dez. 1980
Madeira	100,0	150,9	158,2
Produtos Alimentares e Bebidas	100,0	119,7	149,9
Total Indústria	100,0	137,9	160,2

FONTE: FIESP/CIESP

Inicialmente, observa-se na Tabela 16 que o C.D. e o C.A. estão bastante afinados no que diz respeito à evolução da participação relativa das diversas regiões no emprego agrícola total entre 1970-80. Embora haja diferenças quanto aos níveis, ambas as fontes indicam ter havido um aumento relativo do emprego nas duas regiões de fronteira (Norte e Centro-Oeste) assim como no Nordeste, junto com uma retração na participação das regiões Sudeste e Sul.

TABELA 16
Evolução Relativa do Emprego Agrícola de Acordo com os Censos Agropecuários e Demográficos, Segundo Grandes Regiões
Brasil
1970-1980

Regiões	Censo Agropecuário		Censo Demográfico	
	1970	1980	1970	1980
Norte	5,3	8,4	4,5	6,1
Nordeste	43,0	44,1	39,9	42,7
Sudeste	22,5	20,4	26,9	24,7
Sul	23,8	20,8	22,4	19,8
Centro-Oeste	5,3	6,3	6,3	6,7
Brasil	100%	100%	100%	100%

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários e Demográficos de 1970 e 1980.

Na Tabela 17, o exame mais detalhado dessa evolução regional do emprego, em termos da sua relação com mudanças no número de estabelecimentos e de área total por regiões, pareceria indicar que o crescimento do emprego esteve efetivamente ligado à rápida expansão da fronteira agrícola entre 1970-80. De fato, as taxas mais elevadas de crescimento do emprego foram registradas nas duas regiões onde o ritmo de incorporação de área foi mais rápido, o Norte e o Centro-Oeste.

TABELA 17
Evolução dos Estabelecimentos, Área Total, Área de Lavouras (*) e Pessoal Ocupado, por Grandes Regiões
Brasil
1970-1980

	1970	1980	Diferença 1970-80	Taxa de Crescimento %
(Em milhares)				
Norte				
Estabelecimentos	261	408	147	4,6
Área Total	23.182	41.559	18.377	6,0
Área de Lavouras	617	1.744	1.127	10,9
Pessoal Ocupado	934	1.782	848	6,6
Nordeste				
Estabelecimentos	2.207	2.448	241	1,0
Área Total	74.299	88.444	14.145	1,8
Área de Lavouras	10.323	14.192	3.869	3,2
Pessoal Ocupado	7.569	9.333	1.764	2,1
Sudeste				
Estabelecimentos	929	891	-38	-0,7
Área Total	69.501	73.503	4.002	0,6
Área de Lavouras	9.612	12.117	2.505	2,3
Pessoal Ocupado	3.959	4.312	353	0,9
Sul				
Estabelecimentos	1.274	1.146	-128	-1,1
Área Total	45.458	47.912	2.454	0,5
Área de Lavouras	11.028	14.571	3.543	2,8
Pessoal Ocupado	4.192	4.392	200	0,5
Centro-Oeste				
Estabelecimentos	253	268	15	1,3
Área Total	81.706	113.436	31.730	3,3
Área de Lavouras	2.403	6.480	4.077	10,4
Pessoal Ocupado	928	1.345	417	3,8
Brasil				
Estabelecimentos	4.924	5.160	236	0,5
Área Total	294.145	364.854	70.709	2,2
Área de Lavouras	33.984	49.104	15.120	3,7
Pessoal Ocupado	17.582	21.164	3.582	1,9

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários de 1970 e 1980

(*) Permanentes e Temporários

NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.



Entretanto, em termos absolutos, o fato mais notório apresentado pela Tabela 17 é o aumento de 1.764 mil pessoas ocupadas na região Nordeste - equivalente à metade do incremento nacional durante a década. Esse dado é extremamente significativo para a compreensão da evolução nacional do emprego agrícola e merece uma maior explicitação.

Quando as tendências nordestinas são diferenciadas a nível de Estado, observa-se que todas as U.F. da região tiveram um acréscimo de pessoal ocupado durante a década de 70, mas que três estados - Maranhão, Piauí e Bahia - responderam por 74% do aumento total do Nordeste. Nos outros estados, o aumento do pessoal ocupado é muito menor (ver Tabela 18). Bahia, Maranhão e Piauí são justamente os estados que apresentaram um aumento significativo da sua área total e de sua área de lavouras, fazendo com que o Nordeste se destacasse nesse particular. De fato, o aumento de área no Nordeste, apresentado na Tabela 17, é bastante significativo; o acréscimo de área total (14,1 milhões de hectares) é um pouco menor que o da região Norte (18,4), mas o incremento de área de lavouras é 3,5 vezes maior no Nordeste. Cerca de 97% do aumento total nordestino concentra-se na Bahia, Maranhão e Piauí. Paralelamente, esses estados, particularmente o Maranhão e a Bahia, são os que tiveram um aumento significativo da atividade pecuária - medido em termos do crescimento do rebanho ou da área dedicada à pecuária.

Assim, a expansão do emprego agropecuário revelado pelo C.A. estaria fortemente relacionada à expansão da fronteira agrícola, seja nas regiões amazônicas ou pré-amazônicas, seja em áreas inexploradas dentro de uma região de assentamento mais antigo - o Nordeste. Por outro lado, a evolução do pessoal ocupado estaria também ligada à expansão da atividade pecuária, tanto no Centro-Oeste e Norte como no Nordeste.

Isto, evidentemente, não permite saltar à conclusão de que o emprego agrícola cresceu recentemente no Brasil devido à "ocupação pelas patas". Vale mencionar que tanto no Norte como no Nordeste, o aumento do pessoal ocupado ocorre sobretudo em pequenos estabelecimentos (dados não mostrados). Tal fato é também confirmado pela observação de que a categoria ocupacional de maior crescimento nas duas regiões é a de "Responsáveis e MNRF" (ver Tabela 18). Sendo assim, não se deve descartar a hipótese de que parte substantiva desse aumento de emprego em áreas recém-incorporadas possa ser atribuível ao "descobrimento", pelo instrumento censitário, de posseiros que já habitavam essas regiões há algum tempo mas que, por seu isolamento, ou pelo fato de produzir exclusivamente para o consumo doméstico, não haviam sido cobertos anteriormente pelo instrumento censitário.

Por outro lado, conforme argumentação anterior, é provável que grande parte do aumento do emprego via pecuária, particularmente no Nordeste, seja resultado do problema de classificação de atividades econômicas, discutido anteriormente. Houve, sem dúvida, a criação de alguns grandes rebanhos como resposta aos incentivos fiscais e créditos específicos, mas estes grandes empreendimentos não empregam, preferencialmente, mão-de-obra familiar. Na realidade, a participação dos pequenos estabelecimentos (menos de 50 hectares) no total dos estabelecimentos dedicados à pecuária aumentou de 64 para 76% entre 1970-80. Com razão, os grandes aumentos de pessoal ocupado nordestino verificam-se na categoria "Responsáveis e MNRF": esta responde por 49% do aumento total do pessoal ocupado no Nordeste e 63% do aumento no conjunto dos estados Bahia, Maranhão e Piauí. A força de trabalho secundária (mulheres e crianças) constitui a grande maioria dessa categoria em ambos os casos.

As outras categorias ocupacionais que apresentaram um aumento significativo no Nordeste foram as de empregados temporários (672 mil) e a de empregados permanentes (371 mil). A distribuição dos empregados entre os diversos estados nordestinos é menos concentrada. Todos os estados, à exceção de Sergipe, experimentaram uma verdadeira multiplicação de pessoal ocupado como “empregados”, tanto entre permanentes como temporários e tanto entre homens como mulheres. Não há dúvida, porém, que o aumento mais significativo, em termos absolutos, ocorreu na categoria de empregados temporários e, dentro dessa, entre homens.

Vistas em conjunto, essas informações referentes ao aumento do emprego no Nordeste – responsável pela metade do incremento verificado pelo C.A. no país – são extremamente significativas para a compreensão da evolução do emprego a nível nacional. Evidentemente, seria necessário se aprofundar muito mais no tema para se tirar conclusões mais definitivas, mas, em princípio, dois tipos de ocupação parecem ter sido responsáveis por esse aumento. Por um lado, teria havido uma expansão da fronteira interna do Nordeste, preferencialmente realizada por pequenos produtores que utilizam basicamente a força de trabalho familiar, e cuja atividade econômica é centralizada em torno da pequena pecuária e/ou da criação miúda. Como não houve nenhum programa de colonização dirigida, de vulto, na região, e como se registrou uma especulação notória com a terra, que inflacionou muito seu valor no período, é lícito supor que grande parte da “expansão da fronteira interna nordestina” significa, na prática, a invasão de terras anteriormente consideradas improdutivas ou inabitáveis, por famílias de pequenos produtores expulsas de outras áreas.

Por outro lado, houve um aumento da categoria de empregados e, particularmente, de empregados em trabalhos temporários; o tamanho desse aumento e o seu *timing* (i.e., depois de 1975) sugerem que grande parte dele pode estar relacionado com as frentes de trabalho que foram abertas como resposta do governo à recente grande seca (13). Em suma, as características do aumento do pessoal ocupado na região nordestina sugerem tratar-se de uma expansão em categorias ocupacionais, áreas e grupos sociais pouco privilegiados. Um exame sumário da distribuição de renda da PEA agropecuária – por mais problemática que seja em termos metodológicos – pareceria confirmar essa hipótese.

No que diz respeito às outras grandes regiões, já se observou que as duas grandes regiões de fronteira (Norte e Centro-Oeste) tiveram o maior aumento relativo de pessoal ocupado. Como tinha ocorrido nas áreas novas do Nordeste, o aumento maior do pessoal ocupado na região Norte ocorreu também na categoria de “Responsáveis e MFNR” em quantitativos muito menores, houve também um incremento de empregados em trabalhos temporários. Assim, do aumento total de 848 mil nessa região, 727 mil foi registrado na categoria de “Responsáveis e MFNR”, e 74 mil na de empregados temporários. Mais uma vez observa-se que, nas regiões de fronteira, o aumento de mulheres e crianças (488 mil) é muito maior do que o de homens e adultos (360 mil).

Em termos de distribuição geográfica desse aumento no Norte, o Estado do Pará é o principal responsável, com 55% do total de novos ocupados, seguido de longe por Amazonas (21%) e Rondônia (18%). Ou seja, o aumento ocorreu não tanto nas regiões onde foram efetivados, concretamente, os programas de colonização oficial, senão em regiões afetadas pela invasão espontânea da pequena produção autônoma ou de posseiros. Em toda essa região, apesar



TABELA 18
Evolução do Pessoal Ocupado nas Atividades Agropecuárias entre 1970-1980, por Categoria de Ocupação,
Segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação
Brasil

(Em milhares de pessoas)

Regiões e UF	Resp. e MNRF	Empregados Permanentes	Empregados Temporários	Parceiros	Total (*)
Norte	727	46	74	-4	848
Rondônia	141	6	9	2	156
Acre	29	2	2	-	34
Amazonas	151	4	18	-	178
Roraima	7	-	1	-	9
Pará	394	35	44	-5	467
Amapá	4	-	1	-	5
Nordeste	865	371	673	-33	1.764
Maranhão	378	10	107	-3	490
Piauí	174	7	91	-	271
Ceará	-26	72	68	2	47
RGN	61	16	58	-10	124
Paraíba	-12	11	80	-12	65
Pernambuco	-31	86	39	-	91
Alagoas	50	39	32	-3	114
Sergipe	10	1	17	-1	26
Bahia	262	127	181	-8	537
Sudeste	-133	316	273	-73	353
Minas Gerais	77	170	137	-59	305
Espírito Santo	-20	34	28	11	50
RJ e GB	20	14	11	-4	42
São Paulo	-211	98	96	-22	-44
Sul	-107	126	159	26	200
Paraná	-327	61	71	25	-173
Sta. Catarina	33	18	23	1	73
RGS	187	47	65	1	300
Centro-Oeste	185	157	101	-26	417
Mato Grosso	70	66	40	-	176
M. Grosso do Sul					
Goiás	114	87	59	-26	233
DF	2	4	1	-	8
Brasil	1.537	1.016	1.279	-109	3.582

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários de 1970 e 1980.
(*) Inclui diferenças intercensitárias na categoria "Outra Condição".
NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.

da penetração do grande capital, o maior aumento de pessoal foi registrado em pequenos estabelecimentos. Conforme assinalado anteriormente, parte desse aumento pode eventualmente ser atribuído à melhoria do próprio instrumento censitário.

Na região Centro-Oeste, o crescimento do pessoal ocupado é menos rápido e mais equilibrado, refletindo a maior heterogeneidade da estrutura de produção agrícola. Assim, o aumento total do emprego nessa região (417 mil) se distribui entre Responsáveis e MFNR (185 mil), empregados permanentes (157 mil) e empregados temporários (101 mil), tendo os parceiros sido reduzidos em 26 mil. Por outro lado, é fundamental recordar que 93% do aumento total foi registrado na pecuária – que na região Centro-Oeste costuma ser associado com empreendimentos extensivos em terra a capital. Vale dizer que esta visão não se coaduna muito com os dados acima referentes à participação majoritária da categoria “Responsáveis e MFNR”.

É possível que haja uma diferenciação substantiva nesses padrões entre sub-regiões do Centro-Oeste. Assim, embora as comparações intra-regionais são prejudicadas pelo fato de Mato Grosso ter sido subdividido durante o período intercensitário, é bastante plausível que o Centro-Oeste incorpore duas áreas de comportamento bastante diferenciado; por exemplo, a evolução do Mato Grosso assemelhar-se-ia mais à da região Norte, enquanto Goiás e parte de Mato Grosso do Sul teriam tido uma evolução mais parecida com a do Centro-Sul.

Em suma, observa-se que, embora a expansão da fronteira seja importante no crescimento do emprego no campo, a relação não é, de modo algum, linear. O ritmo de incorporação da área total das diversas regiões tem pouco a ver com o crescimento da área efetiva de lavoura; esta, por sua vez, não guarda relação com o ritmo do crescimento do pessoal ocupado. Ou seja, para poder relacionar expansão da fronteira com crescimento de emprego, é necessário discriminar tipos de expansão e tipos de emprego; muitos fatores, desde a forma de ocupação e a estrutura de produção predominante, até a pressão local sobre o preço da terra e a composição dos cultivos, influenciam a evolução do emprego em circunstâncias concretas.

No que diz respeito à evolução do emprego nas regiões Sudeste e Sul, a hipótese de que o progresso técnico seria responsável pelo aumento do emprego agrícola entre 1970-80 é ainda mais difícil de apoiar, a esse nível de generalidade. De fato, o C.A. apresenta vários indicadores que permitem medir o grau relativo de introdução de práticas modernas, associadas ao pacote tecnológico prevalecente, nas diversas regiões. Por exemplo, o C.A. apresenta dados sobre a utilização de distintos tipos de força, de irrigação, de fertilizantes, de defensivos, de tratores, de arados etc. Com qualquer um desses indicadores, observa-se claramente que as regiões Sudeste e Sul são as de produção mais modernas e cujas estruturas mais evoluíram durante o período 1970-80 (dados não mostrados). O Norte, como era de se esperar, é a região menos modernizada, seguida pelo Nordeste.

A nível de grandes regiões, a relação entre o grau de modernização da produção agrícola e o crescimento do emprego é claramente inversa durante o período 1970-1980. De fato, os sete estados das regiões Sudeste e Sul, responsáveis por 59% da população total e 71% do valor da produção dos onze produtos de origem vegetal mais importante no país em 1980 (14), tiveram um aumento do emprego equivalente a apenas 15,4% do total nacional. Recordar-se



que a região mais pobre e mais "atrasada" foi responsável pela metade do aumento do emprego registrado na década de 70 pelo C.A..

Quando se examina a evolução do emprego agrícola a nível das unidades da federação, observa-se que os dois únicos estados que tiveram uma perda absoluta de pessoal ocupado foram justamente os dois de maior desenvolvimento tecnológico – São Paulo e Paraná. Na realidade, a situação das regiões Sudeste e Sul é mascarada pelos acontecimentos em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, que tiveram um crescimento importante do seu pessoal ocupado. Paradoxalmente, juntos com o Nordeste, esses dois são justamente os estados de maior expulsão migratória. Não se pretende analisar em detalhe essas informações aqui, mas vale observar que grande parte do aumento do pessoal ocupado nesses estados localizou-se nas sub-regiões do nordeste e noroeste mineiro e também em outras microrregiões onde houve uma expansão da área e/ou programas de reflorestamento visando apoiar as atividades siderúrgicas. No caso de Minas, as categorias ocupacionais de maior expansão foram as de empregados, especialmente de permanentes. No Rio Grande do Sul há também uma certa expansão de empregados, mas 62% do crescimento de pessoal ocupado deu-se na categoria de "Responsáveis e MFNR", indicando serem a pequena propriedade familiar e a força de trabalho secundária os responsáveis pelo aumento do pessoal ocupado naquele Estado.

Em contraste, observa-se uma forte redução da categoria de "Responsáveis e MFNR" em São Paulo e Paraná. Assim, o aumento sensível de empregados permanentes e temporários não foi suficiente para contrabalançar a perda nas pequenas propriedades familiares. A categoria de parceiros também teve uma queda significativa em todos os estados do Sudeste, fenômeno que, aparentemente, não teria ocorrido na região Sul; entretanto, se os dados para esta região forem desdobrados em dois períodos (1970-75 e 1975-80), observa-se que a categoria de parceiros teve uma forte redução no período 1975-80, também na região Sul.

Em suma, a análise detalhada de onde, em que estados e em que categorias teriam ocorrido os aumentos do pessoal ocupado registrados pelo C.A., reforça, cada vez mais, a hipótese de aumentos um tanto quanto contraditórios. Isto é, a maior parte do crescimento do pessoal ocupado não se deve ao dinamismo da atividade produtiva nas regiões mais desenvolvidas e mais modernizadas, senão ao aumento de ocupações em regiões anteriormente consideradas inóspitas e em regiões que sempre foram caracterizadas por um comportamento fortemente emigratório – o Nordeste, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Evidentemente, a dinâmica da expansão de pessoal ocupado em cada uma destas regiões tem estrutura e características próprias. Não faltará aquele que atribuirá o crescimento do pessoal ocupado na agropecuária, nas regiões de assentamento antigo e de economia mais estagnada, às políticas governamentais para o setor. Sem dúvida, algumas regiões e alguns grupos sociais terão sido beneficiados por tais políticas. Entretanto, a conjugação das informações sobre a localização do aumento com os dados sobre o tipo de emprego que efetivamente cresceu na década de 70, aponta sobretudo para o aumento de ocupações temporárias, de frentes de trabalho, de bóias-frias, de posseiros e da exploração intensiva da mão-de-obra familiar. Tal observação sugere maior cuidado na atribuição do crescimento do emprego ao impacto de ações governamentais na agricultura.

Evolução por lugar de residência

A análise dos dados referentes à situação de domicílio ou residência dos trabalhadores agrícolas nos últimos C.A. e C.D. traz perspectivas adicionais sobre a evolução do emprego no campo. Tanto o C.A. como o C.D. apontam para uma progressiva diferenciação entre o local de produção e o local de residência, o que ajuda a entender como pôde ter havido um aumento do emprego agrícola com êxodo rural. Por outro lado, as duas fontes apresentam informações referentes à força de trabalho secundária. Infelizmente, esses dados não apresentam toda a desagregação que seria ideal, mas, mesmo assim, os resultados são bastante interessantes.

Os C.D. de 1970 e 1980 incluíram uma tabulação referente à situação de domicílio da população economicamente ativa em ramos de "agricultura, pecuária e silvicultura", por classe de atividade produtiva (ver Tabela 19). Dos 12,6 milhões de pessoas em atividade nesses ramos em 1970, 1,5 milhões (12,3%) eram consideradas urbanas. Embora não haja discriminação dessa PEA por posição na ocupação, a categoria de "rurbanos" engloba, em princípio, todas as pessoas que trabalham na terra mas residem nas cidades; isto inclui desde proprietários até trabalhadores volantes, passando por administradores, técnicos e empregados permanentes ou temporários. O maior número desses "rurbanos" exercia atividades ligadas com o arroz (232 mil), a cana-de-açúcar (134 mil), a pecuária (125 mil) e o café (119 mil) – (dados não mostrados).

TABELA 19
Situação de Domicílio das Pessoas de 10 Anos e Mais nas Atividades de Agricultura, Pecuária e Silvicultura,
por Sexo
Brasil
1970-1980

	Urbano		Rural		Total	
	Em Milhares	%	Em Milhares	%	Em Milhares	%
1970						
Homens	1.450	11,5	9.986	79,4	11.436	90,9
Mulheres	96	0,8	1.046	8,3	1.142	9,1
Total	1.547	12,3	11.031	87,7	12.578	100
1980						
Homens	1.903	15,7	8.737	72,2	10.640	87,9
Mulheres	243	2,0	1.211	10,0	1.454	12,0
Total	2.147	17,8	9.948	82,2	12.095	100

FONTE: IBGE. Censos Demográficos de 1970 e 1980
NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.



Observa-se que, em 1980, a importância desses "rurbanos" havia crescido bastante, tanto em termos absolutos como relativos. Assim, a categoria já incluía 2,1 milhões de pessoas, representando 17,7% do total da PEA agrícola. A pecuária passou a congregiar o maior número de "rurbanos" (278 mil), seguida pelo café (256 mil), pelo arroz (230 mil) e a cana-de-açúcar (218 mil) - (dados não mostrados).

Dentro dessas informações, é interessante observar a tendência na participação por sexo. Assim, as mulheres compõem 9% do total da PEA agrícola em 1970 e 12% em 1980. Entretanto, a participação de mulheres que residem nas cidades teve um aumento de 150%, passando a ser a categoria de crescimento mais rápido na década de 70. Este aumento pode, evidentemente, ser atribuído à participação crescente de mulheres nas atividades agrícolas na qualidade de trabalhadores volantes, produto direto das transformações ocorridas nas formas de produção.

Embora os conceitos do C.A. sejam diferentes, e embora o C.A. de 1970 infelizmente não apresente informações a respeito, a mesma tendência de urbanização da força de trabalho agrícola pode ser claramente inferida a partir dos dados de 1975 e 1980 (ver Tabela 20). De fato, os C.A. de 1975 e 1980 proporcionam dados sobre a residência (ou não), no estabelecimento, do pessoal ocupado. Em 1975, 16,1 milhões (79,2%) das pessoas ocupadas na agricultura residiam nos estabelecimentos e 4,2 milhões residiam fora. Em 1980, o número de residentes no estabelecimento foi reduzido para 15,8 milhões (74,4%) mas o de não-residentes aumentou para 5,4 milhões.

TABELA 20
Local de Residência do Pessoal Ocupado na Agropecuária, por Idade
Brasil
1975-1980

Ano e Idade	Residente no Estabelecimento		Residente Fora do Estabelecimento		Total	
	Em Milhares	%	Em Milhares	%	Em Milhares	%
1975						
0-13	4.048	19,9	342	1,7	4.390	21,6
14 e +	12.070	59,3	3.886	19,1	15.955	78,4
Total	16.118	79,2	4.228	20,8	20.346	100
1980						
0-13	3.370	15,9	370	1,7	3.740	17,7
14 e +	12.386	58,5	5.037	23,8	17.424	82,3
Total	15.756	74,4	5.408	25,6	21.164	100

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários de 1975 e 1980
NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.

Os dados do C.A. discriminam a residência do pessoal ocupado por grandes grupos etários, o que também ajuda na compreensão das tendências da força de trabalho secundária citadas acima. Assim, os residentes no estabelecimento são classificados entre os grupos de "14 anos e mais" e "menos de 14" (infelizmente, não se distingue entre homens e mulheres nessa fonte). Observa-se que, em 1975, o pessoal ocupado de menos de 14 anos chegava a 4,4 milhões, sendo que a grande maioria desses eram pessoas que residiam nos estabelecimentos. Em 1980, o pessoal ocupado de menos de 14 anos baixou para 3,7 milhões: os que residiam nos estabelecimentos reduziram sua participação de 20 para 16% do total, enquanto que os não-residentes dessa categoria apresentaram um pequeno aumento absoluto.

Ou seja, os dados do C.A. na Tabela 20 mostram claramente que uma proporção crescente dos trabalhadores rurais, de todas as idades, residem fora do estabelecimento (pode-se presumir que nas cidades). Paralelamente, haveria, pelo menos após 1975, uma redução importante na utilização de crianças, residentes no estabelecimento, na produção agrícola e um pequeno aumento entre as crianças não-residentes. Outros cruzamentos demonstram, como era de se esperar, que a residência fora de estabelecimento é relacionada com o tamanho do estabelecimento. Os estabelecimentos de até 50 hectares têm mais de 80% de seu pessoal residente no estabelecimento, enquanto que os de mais de 200 hectares têm menos de 70% residente (dados não mostrados).

Em termos regionais, o Nordeste e o Sudeste são os que têm maior proporção do seu pessoal ocupado residindo fora do estabelecimento. São, evidentemente, regiões de assentamento mais antigo e de maior densidade populacional – fato que poderia estar viabilizando, em termos físicos, o deslocamento diário ou freqüente entre o campo e a cidade. Por outro lado, são as regiões que, juntamente com o Centro-Oeste, fazem maior uso de mão-de-obra temporária.

Em suma, esses dados referentes ao local de residência da PEA e do pessoal ocupado na agropecuária revelam que parte importante da discrepância entre as tendências populacionais do C.D. e da evolução do trabalho agrícola no C.A. deve-se ao fato de que o processo de modernização da agricultura tem propiciado uma urbanização progressiva da mão-de-obra no campo. Embora não haja dados para comprová-lo, é quase certo que um número crescente de produtores capitalistas são cidadãos "urbanos" em todos os sentidos, e que estes se juntam a outros tantos agricultores, pequenos, médios e grandes, que residem preferencialmente nas cidades. Mas muito mais importante ainda é o fato da modernização ter separado o trabalhador rural dos seus meios de produção, levando-o a vender sua força de trabalho como volante ou bóia-fria, e aumentando a necessidade de participação da força de trabalho secundária, particularmente de mulheres, no processo de produção, nas mesmas condições que os homens, para suplementar a renda familiar ou para garantir a realização das tarefas básicas na roça enquanto o homem busca outras alternativas de sobrevivência.



RESUMO E CONCLUSÕES

Este trabalho propôs-se a esclarecer as aparentes contradições entre as tendências centrais do emprego agrícola, apresentadas, respectivamente, pelos Censos Demográfico e Agropecuário de 1980. Basicamente, procurou-se entender como poderia ocorrer, durante a década de 70, um forte êxodo rural, uma redução absoluta da população rural e uma redução da PEA agrícola (no C.D.) ao mesmo tempo que um aumento significativo do pessoal ocupado (no C.A.).

A explicação dessa discrepância teria logicamente que passar por um dos dois caminhos: ou os dados de uma ou de ambas as fontes estão bastante equivocados ou, por algum motivo, as características dos dados de uma fonte (ou de ambas) levam-na(s) a captar ou deixar de captar fenômenos ou processos que se tornaram particularmente importantes na década de 70.

Seguindo esse raciocínio, foi feita uma análise bastante exaustiva das duas principais fontes de dados sobre emprego agrícola, o C.D. e o C.A., assim como de várias outras fontes nacionais e também regionais, a fim de se entender seus objetivos, suas metodologias e suas peculiaridades. Nesse esforço, recuou-se até 1940 para se pesquisar as origens e se acompanhar a evolução dos conceitos e das metodologias das diversas fontes referentes ao emprego no campo. Fez-se uma análise comparativa das várias fontes e de seus resultados numa perspectiva histórica, a fim de se poder compreender melhor tanto a evolução da ocupação no campo como as modificações nos instrumentos censitários.

Observou-se que cada uma das fontes tem suas idiossincrasias e que, ademais, cada uma vem-se aperfeiçoando tecnicamente e introduzindo inovações, com maior ou menor êxito, na definição e aplicação de conceitos através do tempo. Em que pese as modificações nas duas principais fontes, observa-se uma certa coerência entre as tendências apresentadas pelo C.D. e pelo C.A., assim como uma certa previsibilidade nas suas discrepâncias, para o período 1940-1970. Ou seja, o C.A., por suas características de conceitualização e operacionalização, tende a captar uma gama mais ampla de atividades de pessoas no campo, que são contabilizadas como "pessoal ocupado". O C.D., em todas as décadas, tende a ser mais restritivo e mais exigente e, portanto, capta um nível de "pessoas economicamente ativas" mais reduzido.

Entretanto, é justamente na década de 70, quando se esperaria que os instrumentos de coleta e os procedimentos operacionais de ambos os censos estariam mais apurados – apresentando assim melhor desempenho e maior coerência entre as fontes –, que as discrepâncias entre os resultados dos dois censos mais se destacam. Em síntese, como explicar que o emprego agrícola cai em 3% no C.D. e aumenta em 20% no C.A., durante a última década?

Numa tentativa de descobrir a origem dessas discrepâncias, que estariam deturpando os resultados e dificultando a compreensão da evolução do emprego no campo, fez-se uma análise comparativa com outras fontes, a nível nacional e a nível do Estado de São Paulo. Esse exercício foi útil no relevo das especificidades de cada fonte e na descoberta de vários tipos de inconsistências que afetam as comparações inter e intrafontes. Entretanto, pouco acrescentou em termos da descoberta da origem e natureza das discrepâncias maiores e recentes entre o C.D. e o C.A..

Nessas circunstâncias, foi necessário voltar aos próprios censos demográficos e agropecuários, com o objetivo de dissecar mais a fundo as informações de cada um sobre o emprego agrícola na década de 70. Assim, a evolução do emprego no campo foi desagregada por subperíodo, por categoria ocupacional, por tipo de atividades, por região e estado e por local de residência do pessoal ocupado, a fim de se formar uma imagem mais precisa do tipo de emprego que teria sido criado ou destruído durante a década.

A conclusão central a que se pode chegar depois desses vários exercícios é que nenhuma das duas fontes estaria excessivamente equivocada naquilo que ela pretende captar. É verdade que os C.A. de 1950 e 1975 apresentam peculiaridades notáveis e que a evolução de determinadas características (e.g. atividade econômica) é sujeita a distorções. Mas os grandes números e as grandes tendências apresentadas por cada uma das duas principais fontes são basicamente corretas, dentro das definições de cada uma. Não há razão para crer que os conceitos ou os procedimentos operacionais de um ou outro censo tenham sofrido uma deturpação significativa que explique as discrepâncias entre os dois.

Sendo assim, como entender as divergências nas tendências centrais relatadas pelas duas fontes para a década de 70? Essencialmente, elas se explicam pelo fato de que as grandes transformações ocorridas na organização social e na estrutura de produção agrícola, a partir dos meados da década de 60, acentuaram as características específicas de cada fonte no que se refere ao emprego.

Em termos muito resumidos, pode-se dizer que as mudanças recentes no campo, sejam elas de origem e caráter produtivo ou meramente especulativo, alteraram profundamente a relação homem-terra. Essas mudanças transformaram em assalariados grande número de pequenos produtores (proprietários, arrendatários ou posseiros), acentuaram a instabilidade do trabalho agrícola, deslocaram contingentes significativos de famílias para as cidades e/ou para as regiões de fronteira (seja na Amazônia ou em áreas de assentamento antigo anteriormente consideradas inaptas), transformaram trabalhadores residentes nos estabelecimentos em "rurbanos", volantes etc. e aumentaram a participação da força de trabalho secundária em tarefas esporádicas, seja na unidade de produção familiar, seja como assalariado temporário na unidade de produção capitalista. No caso especial do Nordeste – que contribuiu com a metade do "aumento" nacional apresentado pelo C.A. – os incentivos específicos e as secas geraram também tipos particulares de mão-de-obra temporária e de trabalhadores familiares não-remunerados.

Para o Censo Demográfico, o trabalho esporádico, realizado por pessoas que cumprem outras atividades (trabalhos domésticos, estudos etc.) tende a ser excluído da contabilização da PEA. Ao contrário, qualquer tipo de atividade econômica realizada por uma pessoa de qualquer idade ou sexo, durante o período de maior atividade agrícola, tende a ser contabilizado como mais um emprego no C.A. Isto, evidentemente, afeta especialmente a mão-de-obra secundária; não é mera coincidência o fato de as maiores discrepâncias entre o C.A. e o C.D. se localizarem sempre entre mulheres e crianças. Por outro lado, já que o levantamento do C.A. é feito a nível dos estabelecimentos, pode haver uma dupla contagem de assalariados temporários que realizam as mesmas (ou diferentes) tarefas em estabelecimentos diferentes.



Em suma, a crescente impermanência e desarraigamento do trabalho agrícola, provocada pelas transformações na organização social da produção no campo e pelos incentivos a essas transformações, refletem-se de forma mais aguda nos dados do C.A. do que nos do C.D.. Não se trata do fato de uma ou outra fonte estar "errada" nos seus conceitos, na sua metodologia ou nos seus dados. São fontes que têm objetivos diferentes e, conseqüentemente, abordagens distintas. Nesse contexto, é elementar que não há uma só evolução do emprego no campo; assim, as análises que se baseiam numa leitura acrítica de apenas uma das fontes podem incorrer em sérios equívocos. Em particular, quando se fala do "aumento substancial do emprego" que teria ocorrido na agropecuária durante a década de 70, é necessário ter muito claro que tipo de emprego foi efetivamente criado. Houve, provavelmente, uma certa expansão de um tipo de emprego permanente associada à racionalização do empreendimento capitalista, o que gerou postos de trabalho fixos e bem-remunerados. Mas houve, sobretudo, a expansão de trabalhos instáveis e mal-remunerados, assim como o aumento da exploração da mão-de-obra familiar, seja na pequena produção ou como trabalhador volante, a multiplicação das famigeradas frentes de trabalho e a expulsão de pequenos produtores para as cidades ou para áreas agrícolas mais distantes e mais inóspitas: basta ver que 50% do "aumento" do emprego observado no C.A. ocorreu no Nordeste e que a maioria dele deu-se entre empregados temporários e trabalhadores familiares não-remunerados. Esse segundo tipo de ocupação, evidentemente, não responde aos anseios do trabalhador rural em termos de estabilidade, remuneração adequada e condições minimamente condizentes de trabalho.

Portanto, quando se procura avaliar as conseqüências da modernização agrícola através dos seus impactos sobre o crescimento do emprego, citando-se os dados do C.A., é necessário ter em conta que: *a)* trata-se, em parte, de um aumento espúrio, pois resulta da contabilização de trabalhos de curta duração, os quais assumem um peso maior à medida que avança o processo de modernização, e *b)* este aumento está fundamentado, em parte, na separação do trabalhador dos seus meios de produção e na exploração da mão-de-obra secundária. Em breve, a avaliação do significado real do processo de transformação agrícola deve passar por uma melhor explicitação de quem se beneficia e de quem se prejudica com as mudanças ocorridas. Deve passar também por uma análise mais objetiva das implicações de médio e longo prazo dessa repartição de benefícios para o futuro da própria sociedade.

ANEXO 2



QUADRO 1
Variações no Número e Área dos Estabelecimentos Agropecuários, Segundo Atividade Econômica e Tamanho, por Regiões
1970-1980

Regiões	(Em milhares de estabelecimentos e has.)														
	Agricultura e Agropecuária						Pecuária			Outras(*)			Total		
	Total		Até 5 Has.		5-49 Has.		50 e Mais Has.			Pecuária		Outras(*)		Total	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	
Norte															
70-75	76	4.881	19	53	29	479	28	4.349	-	6.647	-	-2.094	76	9.434	
75-80	20	2.965	-6	-13	4	213	22	2.765	16	2.828	35	3.150	71	8.943	
70-80	96	7.846	13	40	33	692	50	7.114	16	9.475	35	1.056	147	18.377	
Nordeste															
70-75	166	1.050	161	244	3	107	2	699	20	4.222	-42	-881	144	4.391	
75-80	-303	-5.366	-220	-379	-61	-1.108	-22	-3.879	320	14.513	80	607	97	9.754	
70-80	-137	-4.316	-59	-135	-58	-1.001	-20	-3.180	340	18.735	38	-274	241	14.145	
Sudeste															
70-75	-91	-2.950	-17	-51	-59	-1.080	-15	-1.819	46	6.134	-5	-221	-50	2.963	
75-80	-23	2.237	-13	-46	-21	-344	11	2.627	24	-3.310	11	2.112	-12	1.039	
70-80	-114	-713	-30	-97	-80	-1.424	-4	808	70	2.824	6	1.891	-38	4.002	
Sul															
70-75	-105	1.394	-46	-140	-67	-828	8	2.362	-14	-675	2	-5	-117	714	
75-80	-115	-126	-30	-127	-87	-1.279	2	1.280	92	717	12	1.149	-11	1.740	
70-80	-220	1.268	-76	-267	-154	-2.107	10	3.642	78	42	14	1.144	-128	2.454	
Centro-Oeste															
70-75	-4	1.681	5	23	-5	-192	-4	1.850	21	12.182	-1	-1.615	16	12.248	
75-80	-44	1.802	-14	-50	-23	-407	-7	2.259	37	15.616	6	2.064	-1	19.482	
70-80	-48	3.483	-9	-27	-28	-599	-11	4.109	58	27.798	5	449	15	31.370	
Total															
70-75	40	6.054	122	126	-102	-1.596	20	7.524	76	28.509	-47	-4.812	69	29.751	
75-80	-463	1.510	-278	-610	-184	-2.888	-1	5.008	490	30.362	140	9.086	167	40.958	
70-80	-423	7.564	-156	-484	-286	-4.484	19	12.532	566	58.871	93	4.274	236	70.709	

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários de 1970, 1975 e 1980

(*) Inclui horticultura e/ou floricultura.

NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.

QUADRO 2
Índices de Mudanças nas Classes de Atividade Econômica do Agropecuária, por Grandes Regiões
Brasil
1970-1980

(1970 = 100)

Grandes Regiões	Total de Estabelecimentos	Área Total	Utilização de Terras			Valor Real da Produção (*)			Efetivos de Pecuária	Área para Pecuária
			Lavouras (Perm. + Temp.)	Pastagens	Animal	Lavouras	Animal	Total		
Norte										
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1975	129	141	194	119	179	169	158	128	206	206
1980	156	179	283	174	355	262	281	221	251	251
Nordeste										
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1975	107	106	107	110	190	154	159	129	115	115
1980	111	119	137	123	297	195	214	138	167	167
Sudeste										
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1975	95	104	109	106	209	153	173	128	115	115
1980	96	106	126	98	255	198	217	124	107	107
Sul										
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1975	91	102	118	98	172	224	201	103	97	97
1980	90	105	132	99	259	217	218	108	100	100
Centro-Oeste										
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1975	106	115	181	111	219	206	212	140	121	121
1980	106	139	270	122	369	266	322	181	148	148
Brasil										
1970	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
1975	101	110	118	107	196	158	183	121	119	119
1980	105	124	144	113	277	198	227	132	139	139

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários

(*) Os valores foram deflacionados utilizando o deflator implícito do produto, da Fundação Getúlio Vargas.



QUADRO 3
Participação dos Pequenos Estabelecimentos (*) no Total de Estabelecimentos Dedicados à Pecuária, por Regiões
1970-1980

(Em milhares)

Regiões	Total de Estabelecimentos	Estabelecimentos na Pecuária	Estab. Pequenos (*)	
			Total	% do Total de Estabelecimentos na Pecuária
Norte				
1970	261	15	7	47
1975	337	15	8	53
1980	408	31	14	45
Nordeste				
1970	2.207	228	146	64
1975	2.351	248	162	65
1980	2.448	568	434	76
Sudeste				
1970	929	268	134	50
1975	879	314	159	51
1980	891	338	194	57
Sul				
1970	1.274	212	156	71
1975	1.157	198	144	73
1980	1.146	290	232	80
Centro-Oeste				
1970	253	69	17	25
1975	269	90	20	22
1980	268	127	36	28
Brasil				
1970	4.924	788	465	59
1975	4.993	864	494	57
1980	5.160	1.354	910	67

FONTE: IBGE, Censos Agropecuários
(*) Menos de 50 hectares de área total
NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.

QUADRO 4
 Pessoal Ocupado Por Categoria de Ocupação, Sexo e Idade, Segundo a Classe de Atividade Econômica
 Brasil
 1970-1980

	(Em milhares de pessoas)								
	Homens de 15 e Mais			Mulheres e Crianças					
	R e MFNR	Empregado Permanente	Empregado Temporário	Parceiros e Outros	Total R e MFNR	Empregado Permanente	Empregado Temporário	Parceiros e Outros	Total
Agricultura e Agropecuária									
1970	5.826	583	976	462	7.847	133	119	163	6.183
1975	5.864	655	1.027	307	7.853	248	163	215	8.167
1980	5.233	900	1.565	273	7.971	320	248	131	6.409
Pecuária									
1970	1.119	285	308	147	1.859	58	23	36	1.033
1975	1.243	401	429	122	2.195	143	35	62	1.508
1980	1.923	561	776	109	3.369	197	61	46	2.207
Outros									
1970	259	86	55	19	419	11	7	6	242
1975	218	85	37	11	351	21	6	5	271
1980	416	154	103	17	690	39	15	6	518
Total									
1970	7.204	954	1.339	628	10.125	690	149	205	7.457
1975	7.325	1.141	1.493	440	10.399	905	204	282	9.946
1980	7.572	1.615	2.444	399	12.030	1.071	324	183	9.133

FONTE: IBGE - Censos Agropecuários (vários anos)
 NOTA: A tabela pode apresentar erros de arredondamento.



QUADRO 5
Evolução do Emprego em Atividades Industriais Seleccionadas mais Estreitamente Ligadas à Agropecuária

Atividades Industriais	1970		1975		1980	
	Total Estabelecimentos	Total Ocupados	Total Estabelecimentos	Total Ocupados	Total Estabelecimentos	Total Ocupados
Extração de Minerais para Fabricação de Adubos e Fertilizantes	44	1.360	11	228	22	833
Beneficiamento e Preparação de Minerais Não-Metálicos para o Solo	217	5.930	389	9.275	567	15.741
Fabricação de Máquinas e Aparelhos para Ind. do Açúcar e Destil.	35	2.328	41	2.426	25	2.108
Fabricação de Máquinas e Aparelhos para Frigoríf., Matadouros, Abat.	27	657	18	704	23	859
Fabricação de Máquinas e Aparelhos para Ind. de Laticínios	6	224	6	335	4	59
Fabricação de Máquinas e Aparelhos para Ind. de Conservas	3	110	4	-	5	130
Fabricação de Máquinas e Aparelhos para Ind. de Óleo	9	392	11	630	11	927
Fabricação de Máquinas e Aparelhos para Ind. de Fumo	4	792	4	258	5	368
Fabricação de Máquinas e Aparelhos e Mat. para Agricult., Avicult., Cunicult.	534	14.643	750	28.880	580	27.463
Fabricação e Montagem de Tratores	14	2.458	15	6.387	17	3.560
Fabricação de Veículos de Tração Animal	445	1.200	446	1.173	359	1.469
Serrarias	9.501	71.915	10.739	104.739	12.147	126.958
Fabricação de Celulose, Pasta Mecânica e de Polpa de Madeira	119	4.222	141	7.677	145	9.440
Beneficiamento de Borracha Natural e Sintética	47	2.075	82	3.625	110	4.165
Secagem, Salga, Curtimento e Outras Preparações do Couro e Peles	861	19.160	795	24.466	814	26.296

(Continua)

QUADRO 5

Evolução do Emprego em Atividades Industriais Seleccionadas mais Estreitamente Ligadas à Agropecuária

Atividades Industriais	1970		1975		1980	
	Total Estabelecimentos	Total Ocupados	Total Estabelecimentos	Total Ocupados	Total Estabelecimentos	Total Ocupados
Produção de Óleos Vegetais em Bruto, Gorduras, e Ceras Vegetal e Animal	579	14.265	721	19.180	506	18.601
Fabricação de Adubos e Fertilizantes e Corretivos do Solo	224	7.713	302	13.543	232	13.660
Beneficiamento de Fibras Têxteis, Fabricação, Estopa	639	11.572	644	16.084	721	20.467
Beneficiamento, Moagem, Torrefação e Fabricação de Produtos Alimentícios	18.316	78.304	17.107	96.348	17.135	111.952
Abat. de Animais e Preparação de Conservas de Carne	1.985	42.305	2.954	58.523	2.839	77.394
Resfriamento e Preparação de Leite e Preparação de Produtos	1.473	23.046	1.457	27.065	1.317	29.863
Fabricação e Refinação de Açúcar	1.021	63.198	636	56.122	528	54.885
Refinação e Preparação de Óleos e Gorduras de Cacau	122	9.538	136	5.718	148	8.792
Fabricação de Vinagre	175	998	140	1.126	92	1.259
Fabricação de Vinhos de Uva	572	4.176	442	4.428	416	4.845
Fabricação de Aguardentes	2.683	12.001	1.606	11.458	1.586	11.957
Preparação de Fumo	51	3.074	87	8.551	99	9.123
Destilação de Alcool por Processamento de Cana-de-Açúcar	144	2.273	139	2.110	200	11.153
Produção de Conservas de Frutas, Legumes e Outros Vegetais	249	4.514	1.218	16.725	487	27.499
Total	40.099	404.443	41.041	527.175	41.140	621.826

FONTE: IBGE. Censos Industriais de 1970, 1975 e 1980

(Conclusão)



NOTAS

10. A SUAGRO/IBGE já havia detectado o crescimento exagerado de mulheres e crianças no C.A. de 1975 e preparou uma série de mapas por microrregiões, tentando detectar a causa dessa inflação.
11. Nos formulários do C.A., em 1970 e 1975, havia uma pergunta específica sobre a atividade econômica do estabelecimento, associada à dedicação predominante deste. Em 1980, ela desaparece, provavelmente em consequência da sua inoperância em relação ao critério de maior renda.
12. Durante a recente grande seca nordestina, milhares de pessoas foram empregadas em frentes de trabalho, a maioria delas em construções de açudes, barragens etc. que viriam a beneficiar a atividade pecuária. Tal fato, conjugado à farta disponibilidade de créditos bancários e de incentivos fiscais destinados à pecuária, certamente contribuiu de forma importante para o perfil da mão-de-obra nordestina em 1980.
13. Em janeiro de 1981, o número de pessoas ocupadas em frentes de trabalho chegava a 712 mil, de acordo com os dados da CORDEC/NE/SUDENE, citados in SUDENE, GT III, Projeto Nordeste – *Avaliação do Plano de Defesa Civil do Nordeste*, SUDENE, Colaboração IPLAN/IPEA, Brasília, 1983, p. 21 (mimeo).
14. Estes produtos são, em ordem decrescente do valor da produção em 1980 – soja, cana-de-açúcar, milho, café, arroz, feijão, mandioca, cacau, trigo, algodão e laranja.
15. Para uma análise mais aprofundada das transformações recentes na agricultura nordestina, ver Sales (1982).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GASQUES, J. C. & PAIVA, A. – 1984. *Transformações na estrutura da ocupação agrícola no Brasil, 1970-1980*. Convênio CEDEPLAR/CNRH. (Versão preliminar; mimeo)
- KAGEYAMA, A. & SILVA, J. G. da – 1983. Os Resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, São Paulo, 13(3): 537-559, set./dez.
- SALES, T. – 1982. *Agreste, agrestes: transformações recentes na agricultura nordestina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 196 p. (Tese apresentada à Universidade de São Paulo – Depto. de Ciências Sociais, para obtenção do título de Doutor.)
- SILVA, J. G. da – 1981. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo, Hucitec, capítulo 3.

ABSTRACT – THE EVOLUTION OF EMPLOYMENT IN AGRICULTURE – Second part – This is the second part of a study whose aim is to evaluate the apparent divergences between the agricultural and the demographic censuses in what refers to the evolution of employment in agriculture. In this part, the trends observed in the 70s are specifically examined, trying to reconcile or, at least, to better understand the occasional discrepancies. For this purpose, the informations at the level of occupational category, classes of economic activity, region and place of residence of agricultural laborers, are disaggregated. The conclusion is that the main divergences between the two censuses reflect a differentiated seizure of the great transformations recently occurred in the structure of agricultural production. It is not the question of one of these sources being wrong but of the distinctive characteristics of each source being accentuated by modernization. This is particularly noteworthy in the seizure and measurement of seasonal employment, and of the participation of women and children in farming activities.